

13 JUN 1996

4A — JORNAL DA TARDE

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297 — e-mail: jtarde@estadocom.br



JULIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO
 FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

JULIO DE MESQUITA NETO
 (1969 - 1996)

Diretor-responsável
 FERNÃO L. MESQUITA

Diretores
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 Oliveira S. Ferreira

Diretor de Unidade
 Ruy Mesquita Filho

Diretor-executivo
 Leão Serva

Diretor-superintendente
 Francisco de Mesquita Neto

Diretor-comercial
 Roberto Crissiuma Mesquita

Editor-chefe
 Celso Kinjô

Diretor da Agência Estado
 Rodrigo L. Mesquita

Economia-Brasil

Mudança de rumo

Encerrada a votação da emenda da reforma previdenciária na Câmara dos Deputados, o governo concentra esforços na reforma tributária, deixando a administrativa para depois das eleições de outubro. Ao anunciar essa mudança de estratégia para a tramitação das emendas constitucionais de reestruturação do Estado brasileiro, o presidente Fernando Henrique Cardoso sinalizou que também está sendo alterado o rumo de sua bem-sucedida política econômica.

Sem abandonar o foco até agora adotado, voltado primordialmente para a estabilização da economia e o combate à inflação, o governo agora se preocupa mais com o desenvolvimento econômico, o crescimento das atividades industriais e comerciais e a geração de empregos. É esta a principal missão que o substituto de José Serra no Ministério do Planejamento, Antônio Kandir, recebeu do presidente da República: ser o "ministro do Desenvolvimento".

O presidente e seus ministros da área econômica querem dar um empurrão na recuperação do fôlego que a economia nacional vem apresentando, comprovada por vários índices divulgados recentemente: em abril, a indústria nacional cresceu 10,4%; em maio, caiu o ritmo de aumento do desemprego na indústria de São Paulo; o faturamento real do comércio no País teve um crescimento de 3,2%, em abril sobre março; o nível de inadimplência das pessoas físicas também está melhorando — o número de carnês em atraso caiu 6,6% nos primeiros cinco meses do ano em relação ao mesmo período de 1995. Esse quadro resulta do afrouxamento da política de crédito.

Agora, sob a coordenação de Kandir, o governo pretende ampliar a produção industrial incentivando as exportações. A tese do ministro do Planejamento é a de que o aumento das vendas de produtos brasileiros no Exterior, além da influência direta nas atividades das empresas que fabricam essas mercadorias, permitirá a ampliação das importações e a redução dos juros sem prejuízos no saldo das contas externas. O setor exportador funcionaria como um indutor geral do desenvolvimento.

O governo vai atacar três pontos para facilitar as exportações, tentando reduzir o chamado "Custo Brasil":

1) Redução do peso dos impostos e taxas pagos pelos

produtos exportáveis. Nesse ponto, entra a prioridade da reforma tributária, tendo o governo desmembrado a emenda que já está tramitando no Congresso para alterar vários pontos por lei ordinária. Um exemplo é o projeto que Kandir apresentou, ainda como deputado, regulando a cobrança do ICMS, mais fácil de aprovar por depender apenas do voto da maioria simples dos parlamentares, fugindo da ditadura dos 60% de votos das emendas constitucionais.

2) Serão criadas novas opções para o financiamento das exportações e de estímulo à produção: virão por medida provisória já na próxima semana.

3) Sem esquecer a venda pura e simples de empresas estatais, como a Vale do Rio Doce no início de 1997, será dada ênfase especial, dentro do Programa Nacional de Desestatização, à concessão e privatização de serviços na área de infra-estrutura como rodovias, ferrovias e portos. Kandir lembra, com muita propriedade, que a venda de estatais é importante por trazer dinheiro para os cofres do governo e eliminar gastos do Tesouro com essas empresas. Mas não se esquece de que privatizações e concessões na área de infra-estrutura são mais importantes para o conjunto da economia porque barateiam os custos de produção no País.

Além de dar uma atenção maior ao setor exportador, sem, é bom frisar, mexer no câmbio, o governo, para tornar a atividade econômica mais ágil, está dando uma atenção especial também à área de construção civil, grande empregadora de mão-de-obra. Semana passada, o Conselho Monetário Nacional, em sua primeira reunião com a participação do novo ministro do Planejamento, anunciou um aumento de 156% — de R\$ 530 milhões para R\$ 1,36 bilhão — nos recursos de que a Caixa Econômica Federal dispõe este ano para aplicar em saneamento básico e habitação popular. Anteontem, a Caixa anunciou a abertura de um programa de habitações para as famílias de renda média. A previsão é de que isso possa criar até 80 mil novos empregos.

Para tristeza dos pregoeiros do mau agouro e dos políticos que dependem do fracasso do Plano Real para ter votos, a economia brasileira pode entrar logo num novo e saudável ciclo de crescimento. Isso, se o Congresso Nacional ajudar (veja nota abaixo).